

A PAISAGEM URBANA DE CACHOEIRA-BA: REPRESENTAÇÕES, USOS E APROPRIAÇÕES DO ESPAÇO

ADRIANA SANTANA BITTENCOURT

Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia
drica_gov@hotmail.com

RESUMO: Este artigo visa analisar a paisagem urbana de Cachoeira através do patrimônio material e imaterial e dos símbolos culturais, no tocante da observação das representações sociais nela imbricados, assim como os desdobramentos da utilização dessa paisagem urbana como produto de consumo. Desse modo, a produção e o consumo do espaço urbano de Cachoeira serão abordados a partir da leitura da paisagem e de suas representações.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem – Patrimônio e Transformações.

1. INTRODUÇÃO

O patrimônio urbano na contemporaneidade não se apresenta como avesso a urbanização dominante estando vinculado frequentemente a acepção de esfera pública ideal. Na cidade de Cachoeira não ocorre de forma diversa com relação aos demais centros históricos do Brasil e do mundo, que dotadas de bens culturais passam pelo processo de patrimonialização.

Salienta-se que o patrimônio representa um produto de diversas temporalidades e que por tanto, neste núcleo urbano percebe-se diferentes usos do tempo e do espaço, bem como transformações, contradições e (re) significações do patrimônio aí encontrado.

A cidade de Cachoeira tem suas feições arquitetônicas de estilo barroco europeu construídas no período colonial, cuja opulência pautava-se no latifúndio monocultor de cana-de-açúcar, na plantação, no beneficiamento do fumo e no escravismo. Estas edificações materializam a experiência de mundo de um grupo dominante, reforçando a cultura dominante em detrimento das subculturas.

Todavia, tal núcleo urbano tem preservado por séculos em suas relações intersticiais elementos da cultura dos excluídos caracterizando-se um importante elemento constitutivo da paisagem urbana cachoeirana. As paisagens humanas

representadas nas manifestações culturais e o patrimônio arquitetônico refletem como as diferentes classes sociais comunicam suas produções na paisagem. Tais comunicações se dão no plano simbólico podendo ser materializadas ou não.

Ao analisar o espaço urbano observa-se que este como construto humano e presentemente pautado no capitalismo tornou-se produto com valor de uso e valor de troca. No entanto, deve-se considerar que em Cachoeira esse juízo de valor e de troca encontra algumas particularidades, visto que a presença de formas patrimoniais e diferentes formas de apropriação destas esboçam processos socioespaciais específicos, constituídos por conflitos e territorialidades principalmente numa cidade monumento como a em questão.

Desse modo, o presente artigo visa analisar a paisagem urbana de Cachoeira através dos usos e apropriações dos símbolos culturais e do patrimônio urbano da cidade, buscando abarcar as transformações inerentes a este espaço urbano provocadas pela inserção de novos elementos que trazem a cidade uma nova dinâmica urbana.

2. CACHOEIRA: PAISAGENS E PLURALIDADE DE CULTURAS

Por entender que as diferentes classes sociais criam diferentes paisagens Cosgrove (1998) classifica as paisagens como da cultura dominante e da cultura subdominante na perspectiva da geografia cultural através da decodificação dos seus símbolos. Destaca-se que o modo de produção destas diferentes paisagens é o mesmo, porém as suas representações e suas formas visuais é que se diferem.

A paisagem da cultura dominante reproduz normas culturais e institui valores a toda sociedade, como um meio de reforçar a ideologia dominante. Esta afirmação leva em consideração que toda paisagem é simbólica e a ideologia dominante designa um sistema de símbolos e idéias que asseguram a reprodução das relações sociais (GANDY, 2004). Neste contexto, Cachoeira reproduz este cenário, sobretudo no tocante das suas formas arquitetônicas que materializam a experiência de mundo e os padrões qualitativos dessa cultura em específico mantidos por meio de Programas do Governo Federal.

A luta de classes se dá também sobre o campo simbólico e ideológico, assim o poder simbólico é utilizado para a dominação de classe. Entretanto, a presença de uma cultura dominante não cessa a existência de culturas alternativas e oposicionais. No caso

das paisagens da cultura subdominante os grupos religiosos marginais, por exemplo, são uma referência que como tal possuem expressão na paisagem "mesmo se apenas numa paisagem de fantasia". Neste sentido, situa-se os festejos da Irmandade da Boa Morte, o samba de roda como expressões dessa cultura subdominante expressas na cidade.

Desse modo, paralelamente a cultura dominante, os valores da cultura classificada como subdominante tem sido reforçados em rituais e apresentações públicas, através dos cortejos e apresentações em praças, o que auxilia na manutenção de tais paisagens simbólicas.

A paisagem segundo Claval (2007), não pode ser concebida como um dado objetivo, visto que nela imbricam-se a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva sendo ela ao mesmo tempo marca e matriz da cultura. Reconhece-se então a pluralidade de culturas, uma vez que estas são uma construção social e como tal podem simbolizar conflitos políticos, econômicos e sociais.

3. A PAISAGEM URBANA DE CAHOEIRA: RETÓRICA E CONTRADIÇÕES

Como construção social a paisagem pode ser vista como um discurso, um texto repleto de contradições e contestações, atribuído de significados e de retóricas de acordo com Duncan (2004), num cabedal de diversas interpretações. O referido autor alerta para equívocos realizados por estudos semióticos da paisagem, haja vista que as paisagens são complexas e as mensagens transmitidas por elas são carregadas de intencionalidades.

Desse modo, a paisagem é considerada como um sistema de criação de signos e suas leituras se dão de diversas maneiras quer seja pela população local, ou ainda pelo pesquisador, sendo que no campo discursivo a sua significação pode variar nos diversos grupos sociais e dentro de um mesmo grupo. A interpretação da população local frequentemente encontra-se atrelada a uma retórica normatizadora de uma ideologia dominante.

Em Cachoeira o discurso frequentemente está atrelado a: um plano arquitetônico urbanístico com o intuito de restauração dos monumentos e no discurso da participação popular com programas de valorização do patrimônio cultural e que valoram o alicerce identitário. Ao transpor a aparência nota-se a promoção da imagem urbana, das

edificações e manifestações culturais. Estas últimas sofrem processo de cenarização, ou melhor, de espetacularização da identidade afro.

Estas ações implicam numa nova racionalidade da cidade transformando-a em produto a ser consumido, além de condicionar a supremacia de determinados usos e funcionalidades. Salienta-se que estas ações repercutem também sobre o planejamento urbano, que cada vez mais tem agregado as demandas externas a seu plano em detrimento das necessidades básicas dos cidadãos. Assim, a exacerbação da paisagem como imagem produto marginaliza o espaço urbano do cotidiano, do vivido, ocasionando em perda de identidade e criação de novas paisagens humanas.

4. USO E APROPRIAÇÃO DA PAISAGEM: TRANSFORMAÇÕES NO VALOR DE USO E DE TROCA

A apropriação da paisagem para a oferta turística trás modificações no valor de uso e no valor de troca dos conteúdos simbólicos da paisagem. Neste sentido, a monumentalidade apresenta-se como um aspecto relevante "a cidade como obra deve ser estudada sob esse duplo aspecto: monumentos diversos e emprego do tempo que eles implicam para os cidadãos e para os cidadãos" (Lefebvre 2008, p.82).

Um questionamento no âmbito da geografia na cidade em questão refere-se ao entendimento da relação dos cidadãos com os monumentos, ou melhor, com o patrimônio arquitetônico, bem como de que forma os grupos sociais se apropriam destas monumentalidades e sua influência na atividade do turismo. Neste sentido, Lefebvre (2001) explicita de que forma estes monumentos são apropriados e são convertidos em produto:

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sede de instituições, mas também espaços apropriados para festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta utilidade para estrangeiros e turistas. (LEFEBVRE, 2001, p. 12)

Mediante estes aspectos supracitados modifica-se o valor de uso e de troca, visto que, a cidade como constructo humano e na contemporaneidade pautada no capitalismo, tornou-se um espaço com valor de uso e valor de troca. O espaço e as representações

como valor de troca revelam-se como uma mercadoria com relações de cambialidade e preços, ou seja, torna-se um produto.

O espaço como valor de uso imbrica-se com as necessidades da reprodução da vida, além de estar atrelada a cidade como obra. Deve-se salientar que ambos, valor de uso e valor de troca, não se constituem pólos antagônicos, de modo que a presença de um não prescreve o fim do outro, instituindo-se por tanto relações complexas, pois os mesmos podem coexistir no mesmo espaço. Haja vista que a apropriação social da cidade não se dá apenas pelas normas racionais impostas, pois os alguns grupos sociais encontram maneiras de transgredir estas normas, coexistindo outros usos.

Acrescenta-se que a cidade de Cachoeira reúne obra, produto e coisas, de modo que no espaço urbano temos respectivamente a raridade, a reprodução do modo de produção capitalista e produção de espaços não raros, mas que denotam valor de obra e que implicam em desdobramentos econômicos e sociais expressos e oculta pelas coisas (Lefebvre, 2008). Desse modo, a cidade como obra, ela é produção e reprodução dos seres humanos, não se restringindo apenas a produção de objetos. Além disso, a cidade, mesmo como obra, é um objeto, pois a obra além de ações, decisões, códigos dentre outros, necessita de uma matéria a ser modelada.

Os rumos tomados (ou não tomados) pela política municipal podem desencadear no processo de reificação, transformando o espaço urbano de Cachoeira que constitui-se em obra. Deve-se salientar que este processo de coisificação imbrica-se com novas relações sociais e econômicas expressas pela abstração e fato prático, dinheiro e matéria, ou seja, o espaço como mercadoria (LEFEBVRE, 2008).

Neste sentido, a inserção de dois elementos do Estado, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano e a atuação do Programa Monumenta, podem desencadear na cidade um acentuado processo de especulação imobiliária, visto que a presença da universidade inflaciona o mercado imobiliário, motivando o aumento dos aluguéis e, por conseguinte o valor das residências. Paralelamente, as reformas realizadas pelo Monumenta em imóveis privados e públicos, logradouros valorizam os imóveis podendo “engrossar o caldo” no tocante do aumento da especulação imobiliária. Tal situação pode desencadear no processo de dispersão dos cidadãos, pois poderá chegar um momento em que estes não consigam quitar seus aluguéis ou mesmo o IPTU. Desse modo, Cachoeira poderá

incorrer no processo de desterritorialização e re-territorialização, além da perda da paisagem humana que lhe é tão característica e criação de novas paisagens.

Com efeito, alterações no morar e nas relações de habitualidade do ambiente urbano poderá ser uma decorrência de acordo com Lefebvre (1973):

Devemos ver o habitar como uma função inerente a toda sociedade, a todo organismo social: mas a esta função prática se acrescenta em seguida uma função significante. Os bens moveis e bens imóveis que constituem o habitar envolvem e significam as relações sociais(LEFEBVRE, 1973,P .176)

Assim, o vínculo afetivo com o lugar de moradia, bem como as relações de vizinhança seriam afetadas pela possibilidade da dispersão dos antigos moradores. Enquanto isso, na cidade cresce a orientação na direção mercado e produto. Observa-se um contraste entre o valor de uso que a obra tinha e o valor de troca que o produto passa a ter. Acrescenta-se a atividade turística como intensificadora deste processo, mediante a transformação da qualidade estética do núcleo urbano num produto para consumo.

5. PAISAGEM E PATRIMÔNIO URBANO

O patrimônio material e imaterial comumente é classificado como uma construção social e cultural. No entanto, de acordo com Silva (2005), o patrimônio não pode ser definido de maneira simplória como legado que é herdado. Existe uma seleção consciente, uma escolha cultural realizada por um grupo significativo da população daquilo que se deseja legar para o futuro. Cachoeira apresenta um contíguo arquitetônico, que se consolida com o tombamento do conjunto paisagístico da cidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) construído no período de opulência econômica da cidade.

O conceito de patrimônio está atrelado à idéia de valor do ponto de vista individual e social, e este juízo de valor é permeado pela cultura dominante e intelectual num referido tempo e espaço. O próprio tombamento é uma forma institucional de indicação de valor que legitima um determinado bem cultural. Segundo Choay (2006):

Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma

mentalidade. A transferência semântica sofrida pela palavra revela a opacidade da coisa(CHOAY, 2006, p.11).

O patrimônio é uma construção social, representação de um espaço-tempo, ou seja, trata-se de uma criação de uma representação simbólica legitimada socialmente e culturalmente. Neste contexto, o patrimônio e as práticas a ele associadas revela contradições no tocante do forjamento de um juízo de valor, de um sentimento de patrimônio atrelado a representatividade dos monumentos além de uma relação afetiva para com tais monumentos. Entretanto, existe uma disjunção entre as relações de produção destas edificações e o que ela simboliza para os habitantes hoje. Pois as relações sociais que a produziram não estão mais presentes.

A utilização do patrimônio como produto para consumo na seara do turismo cultural coloca aquilo que deveria ter valor de uso de acordo com a representação simbólica da qual se propõe, como objeto de valor de troca, espetáculo, “alegoria”(CHOAY, 2006). Neste ínterim, o patrimônio da humanidade acaba por muitas vezes não representando um patrimônio a nível local, devido a mundialização de valores instituída mediante as referências ocidentais e a intencionalidade da manutenção de uma específica identidade urbana e de uma visão de mundo (CHOAY, 2006).

6. CONCLUSÃO

A paisagem urbana de cachoeira tem sido transformada por novas ações inseridas na cidade. Desse modo, a cidade permanece em constante modificação, visto que o urbano se constrói e se reconstrói, uma vez que este é moldado pela sociedade, acompanhando a sua dinâmica e esta permanece em constante transformação.

Deve-se salientar que as modificações trazidas pelas formas de apropriações e de uso, bem como mudanças no valor de uso e valor de troca, são produto da inserção de novos elementos em que a ação governamental possui grande relevância, pois tem fomentado novas dinâmicas urbanas e de (re) significação do patrimônio.

Reconhece-se a complexidade dos significados imbricados na paisagem, visto que estas incorporam valores, modos de produção, crenças, dentre outros. Convém salientar que a paisagem como texto a ser lido, possui um conteúdo frequentemente atrelado a retóricas e a discursos permeados de intencionalidade, de modo que

transcender o aparente e perceber a essência da significação dos códigos simbólicos é uma tarefa no mínimo desafiadora.

A paisagem urbana, dessa forma, repleta de conteúdos simbólicos representa a produção cultural de diferentes classes sociais. Estes signos possuem um poder simbólico e refletem a pluralidade de culturas, bem como a ideologia e a dominação exercida por determinados grupos.

Os estudos das representações e apropriação das paisagens no contexto da abordagem cultural podem revestir-se em uma grande contribuição da ciência geográfica. No caso da cidade em questão, Cachoeira, a acepção patrimonial delinea processos urbanos específicos, dado o uso e apropriação dessa “alegoria” de valor cultural legitimado, através da mercantilização da paisagem e conseqüentemente desdobramentos sociais decorrentes.

7. REFERENCIAS

CARVALHO, P. F. de. Patrimônio Histórico e Artístico nas cidades Médias Paulistas: a Construção do lugar. In: **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. YÁZIGI, Eduardo (org.). São Paulo: Hucitec, 1999, p. 100 - 110.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2006. p. 288.

CLAVAL, Paul. A Contribuição Francesa ao Desenvolvimento da Abordagem Cultural da Geografia. In.: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs). **Introdução à Geografia Cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. P. 224.

COSGROVE, D. A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In. CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, z. (ORGS) **Paisagem, Tempo e Cultura**. EDUERJ: Rio de Janeiro, 1998.

_____. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas da Teoria. In.: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. (orgs). **Introdução à Geografia Cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 224.

DUNCAN, James. A Paisagem como Sistema de Criação de Criação de Signos. In.: **Paisagens, Textos e Identidades**. CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (orgs). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. P. 180.

GANDY, M. Paisagem, Estéticas e Ideologias. In.: **Paisagens, Textos e Identidades**. CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. (orgs). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. P. 180.

HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário, Identidade: Alternativas para o Estudo Geográfico. In.:ROZENDALH, Z.; CORRÊA, R. (ORG) **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. P. 248.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004. P. 145.

_____. **Espaço e Política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. P. 192.

MENDONÇA, Francisco & KOZEL, Salette. (org) **Elementos da Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2002.

MENESES, U. T. B. Os “Usos Culturais” da Cultura - Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. YÁZIGI, Eduardo (org.). São Paulo: Hucitec, 1999, p. 88 – 99.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodologia da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. EDUSP: São Paulo, 2006. P. 392.

SILVA, Elsa Peralda da. **Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural**. I.S. C.S.P.Universidade Técnica de Lisboa. 2005.